

# Novo paradigma no atendimento socioeducativo

» RITA CAMATA  
Deputada federal (PMDB-ES)

No momento em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 19 anos, um novo paradigma na legislação brasileira é lançado com a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e a regulamentação da execução das medidas destinadas a adolescentes em conflito com a lei. Após quase 10 anos de discussão, o substitutivo ao projeto de lei do Executivo foi recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados e agora segue para apreciação do Senado Federal.

Diante de um quadro social que demarca instituições depauperadas, estruturas viciadas e condutas questionáveis de contenção, essas ações se fazem necessárias e factíveis para atender a um contingente de apenas 40 mil adolescentes — uma parcela de 0,6% de um universo de 60 milhões de jovens brasileiros. Não mais dispersas e pulverizadas, essas medidas estarão engrenadas em rede e seguirão um padrão que norteia a conduta de todos os atores envolvidos no processo de reintegração do adolescente. São ações associadas à definição de competências da União, Distrito Federal, estados e municípios; avaliação das entidades, programas e resultados; responsabilização dos gestores; educação regular e capacitação profissional; atendimento integral à saúde, especialmente aos adolescentes com transtorno mental e dependência psicoativa; além da ampliação do financiamento do sistema.

Merece destaque o acordo com a Receita Federal que permitirá que a pessoa física deduza, na declaração anual de Imposto de Renda, até 1% do valor devido, se esse percentual for doado ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, montante que salta para 2% em 2010 e 3% em 2012.

Lamentavelmente, o senso comum fomenta e conduz um olhar generalizado e reductor, conferindo a esses meninos e meninas, em situação social tão frágil, a pecha de bode expiatório, geralmente vistos e temidos sob o signo da delinquência juvenil. As próprias estatísticas desmentem o que tanto se propala: menos de 8% dos ilícitos penais no país foram praticados por adolescentes.

Insiste-se na tese de que o direito penal resolveria o problema, mas tal finalidade é tão somente a retribuição à prática do delito, não contemplando a ressocialização do condenado. Ao se atestar a omissão da família, na atenção afetiva, formação moral e imposição de limites, ao se flagrar a insuficiência da sociedade e do Estado nas políticas de sustentação a esses jovens, o poder público não pode esquivar-se da sua obrigação constitucional de priorização a crianças e adolescentes. As medidas socioeducativas não podem configurar-se estritamente como pena, mas sim se valerem do caráter



pedagógico e o conseqüente propósito da responsabilização adequada acompanhada da reintegração, abrindo janelas de oportunidade a esses jovens que precisam dispor da prerrogativa do aprendizado, mola mestra para a reversão de suas condutas.

Por isso, a capacitação para o trabalho é fundamental. A nova lei prevê a possibilidade de vagas para os socioeducandos em programas e escolas do sistema S — Senai, Senac, Senar e Senat — por meio de convênios a serem celebrados segundo as necessidades locais. Outra medida adotada foi a alteração na CLT para incluí-los na legislação do adolescente aprendiz.

A nova lei encerra um importante ciclo e complementa um marco histórico iniciado há mais de 20 anos com o processo da Constituinte e o debate que orientou a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente e o ordenamento de priorização absoluta aos meninos e meninas de nosso país.

Recente episódio ilustra a cultura de jogo e violência que ainda impera: a absurda decisão do Superior Tribunal de Justiça de manter a sentença do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul que absoluiu dois homens que exploraram sexualmente três meninas sob o pífio argumento de que se tratavam de prostitutas conhecidas. É possível desconsiderar uma rede nacional de cooptação de garotos e garotas que os induz à prostituição e tira inescrupuloso proveito de uma situação de extrema pobreza e vulnerabilidade?

Somado à urgente necessidade de mudar o rosto da infância e da juventude brasileira, faz-se fundamental também alterar a imagem de delas se tem ao insistirmos no exercício de um olhar mais terno e apontado para esses adolescentes que merecem a simples prerrogativa de sonhar e avistar o horizonte possível de um mundo mais pródigo, amoroso e feliz.

## Nossas cidades

» JAIME PINSKY  
Historiador, professor titular da Unicamp, diretor da Editora Contexto - pinsky@editoracontexto.com.br

Placas imensas escondendo belas fachadas, reformas efetuadas sem nenhum planejamento, avanço descontrolado das fachadas sobre as calçadas, cada vez mais estreitas, guaritas nos bairros residenciais, camelôs nas regiões movimentadas, carência de faixas de pedestres, trânsito indisciplinado, ruas atravessadas, ausência de padrão mínimo de construção, matagais e lixo em terrenos baldios, destruição do patrimônio histórico, de reservas florestais, invasão de mananciais, este é o retrato de nossas cidades.

Nossas cidades não têm caráter. À exceção de algumas planejadas, como Brasília, e outras providencialmente esquecidas durante décadas, como Tiradentes, elas são um ajuntamento desorganizado de gente. Mesmo lugares turísticos como Parati e Ouro Preto se transformaram em grandes favelões envolvendo a área histórica.

Estudos sobre os problemas urbanos são muitos, os diagnósticos estão feitos. Pesquisadores como Ângelo Serpa, Ana Fani Carlos e Eduardo Yazigi, entre muitos outros, têm produzido trabalhos em que mostram que as ruas e os chamados espaços públicos deixaram de sê-lo. Ruas foram entregues aos automóveis, praças a desocupados. Em uma blitz realizada na central Praça da Sé, em São Paulo, mais de 100 pessoas foram presas, numa demonstração de que o medo do paulistano em caminhar em lugares públicos é justificado. Em bairros residenciais de classe média alta, as ruas são ocupadas por guardas

e vigilantes particulares, nunca por moradores, que só entram e saem de carro de suas residências. Numa recente reunião de condomínio, vários moradores do prédio em que moro confessaram não conhecer a sala de estar do pavimento térreo, porque nunca haviam entrado a pé no edifício...

As cidades — não só as metrópoles, ou as grandes cidades, mas até as médias e muitas das pequenas — não são pensadas para moradores, mas para motoristas. A ausência de qualidade dos transportes coletivos é conhecida. O metrô de São Paulo, por exemplo, citado com frequência como modelo, anda superlotado e seus carros, na sua esmagadora maioria, não possuem ar-condicionado, fazendo com que as pessoas cheguem ao seu destino suadas e exauridas. A maior parte dos ônibus urbanos, além de não serem refrigerados, trafegam apinhados, têm suspensão de caminhão, degraus elevados que causam constrangimento a senhoras e idosos e, por incrível que pareça num país que se orgulha tanto de sua indústria automobilística, nem sequer são dotados de câmbio automático, o que evitaria tantos solavancos.

O motorista de ônibus, mesmo vindo de um extrato social mais humilde, rapidamente incorpora a ideologia dos condutores de veículos, segundo a qual o pedestre é um fracassado que tem mais que sofrer. Já se disse muitas vezes que o respeito às faixas é condição necessária, embora não suficiente, para uma nação entrar no rol dos

civilizados. Pelo visto ainda estamos longe disso na maioria das cidades brasileiras (Brasília é uma agradável exceção, nesse aspecto). De resto, parece que alguém instaurou verdadeira caça ao pedestre. Como provável único motorista paulistano a respeitar a faixa, sou buzinado pelos que vêm atrás e agrado pelos passantes, como se eles dessem agradecer por ocupar um espaço que lhes pertence. Estamos no reino do veículo individual motorizado, pedestres, ciclistas e outros "minoritários", que se danem.

Mudanças de conduta são obtidas por meio de prevenção, educação e repressão. Mas, antes de tudo, por vontade política. Num país em que é comum e se acha normal a prestação de favores pessoais com dinheiro público, é evidente que o interesse da maior parte da população é irrelevante. Não é por outro motivo que temos bancos de Primeiro Mundo (aliás, ainda mais lucrativo do que os deles), universidades de classe média e transportes coletivos de países atrasados. As ruas deixarem de ser espaços públicos é interessante aos governantes, que até cogitam transferir para sambódromos e outros locais confinados às poucas manifestações coletivas que ainda ocorrem nas metrópoles brasileiras. De resto, para isso é que existem os shoppings, que, em nossas cidades, são logo categorizados por classe social e têm sua frequência selecionada como se fossem clubes ingleses ou locais de culto americanos. Tudo muito coerente com nosso projeto de nação. O verdadeiro, não o alegado.

## VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@diariosassociados.com.br  
com Circe Cunha:  
circecunha.df@diariosassociados.com.br

» ARI CUNHA

» Desde 1960

## Motoqueiros oficializados

Está no Congresso projeto de lei que regulamenta a profissão de mototáxi e motoboy. Há necessidade de se criar escola onde esses profissionais possam ser diplomados. Em São Paulo, o pior exemplo, a moto é usada para chegar mais cedo e fazer estripulias no trânsito. Patrões exigem horário para entrega de documentos, sem se incomodar com o que ocorra no percurso. Isso representa a morte de vários todos os dias. Certo que são solidários. Quando um é atingido, forma-se ao seu redor pequena multidão de colegas. Melhor que isso é educar para que tal não ocorra.

### »» A frase que foi pronunciada

“Não é uma pessoa e um governo que constroem uma nação.”

» Ex-presidente Fernando Henrique, advertindo o presidente Lula sobre um axioma internacional e humano.

### Tomógrafos

» O secretário da Saúde de Brasília, Augusto de Carvalho, comenta nota desta coluna. Foi dito que tomógrafos estão encaixotados nos hospitais públicos há vários meses e não são montados. Explicou o secretário Augusto de Carvalho que a Siemens havia prometido. E já faz dois meses que a empresa não põe em funcionamento ditos aparelhos.

### Ética

» O papa Bento XVI fez advertência aos países do G-8. Assinou a encíclica Caritas in veritate tratando do assunto. Abriu os olhos dos países ricos, e propõe nova arquitetura econômica e financeira internacional com base na liberdade pessoal e na responsabilidade ética. A voz do papa Bento ecoou na reunião dos líderes. Momentos de concentração alteraram a posição em favor de economia dirigida aos pobres com o renascimento.

### Remédios

» Caucaia, no Ceará, entra no rol das más ações. Foi descoberta fábrica clandestina de remédios. Foram apreendidos medicamentos para diversas especialidades, que chegam à venda nas farmácias dos estados brasileiros.

### Racismo

» Estão querendo instituir o Dia Nacional da Mulher Negra. A razão não é explicitada, mas cria patamar nas alturas para a mulher negra, que é igual às outras, quer no trabalho, quer na educação dos filhos.

### Inadimplência

» O ensino superior particular, que era primoroso, está caindo no conceito. A determinação do governo em defender a inadimplência é passo com retardo. As escolas não podem organizar

orçamentos. Não têm condições de estipular verbas para professores. O assunto cria condições impróprias. Algumas reduzem número de professores com vencimentos modestos. E equipamento para alunos com parcimônia.

### Lei é lei

» Está no Congresso lei que determina fechamento da empresa por cometer improbidade administrativa. É para o papel. Para os juristas, as determinações legais nesse setor são tão fortes que, até agora, ninguém teve coragem de seguir o texto legal.

### Cifra

» Só da receita do FAT, 20% serão direcionados para a DRU. No total, R\$ 6,3 bilhões que poderiam chegar à Educação. O senador Cristovam Buarque acompanha os passos da previsão orçamentária de 2010.

### UCs

» Segue para a prática uma parceria interessante, que certamente será ganho para a população brasileira. DNIT, Instituto Chico Mendes e Exército. Entre Manaus e Porto Velho Unidades de Conservação serão demarcadas.

### Outro lado

» Anos atrás houve protestos do Greenpeace contra a criação das unidades de conservação no norte do país. O maior argumento era que havia indução do governo para desenvolver uma área com potencial de geração de conflitos socioambientais, num contexto de duvidosa capacidade do poder público de ordená-la.

### Bate-volta

» Depois que o ministro Gilmar Mendes derrubou a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da função, o deputado federal Paulo Pimenta apresentou uma proposta de emenda à Constituição para reverter o quadro.

### »» História de Brasília

A melhor da semana aconteceu com o jornalista Urbano, no *O Estado de S. Paulo*, que foi o primeiro homem de imprensa a chegar ao Santa Maria. Depois da segunda correspondência, aderiu ao movimento, vestiu a farda de oficial da revolução e enviou ao sr. Júlio Mesquita um pedido de demissão, por fidelidade ao levante. (Publicado em 3/2/1961)